

## A CONSULTORIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA EJA

Kelson Pereira Ribeiro <sup>1</sup>

Marcia Moreira da Silva <sup>2</sup>

Ana Danielly Leite Batista Pessoa <sup>3</sup>

Sandra Alves da Silva Santiago <sup>4</sup>

Izaura Maria de Andrade da Silva <sup>5</sup>

### RESUMO

A Inclusão de pessoas com deficiência é uma demanda crescente em todo território nacional, isso não é devido ao aumento de incidências de deficiências, mas sim maior conhecimento da população acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento, assim é necessário a escola como instituição buscar ferramentas para desta forma viabilizar uma educação verdadeiramente inclusiva no contexto educacional brasileiro. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é dever do estado buscar, avaliar e implementar ferramentas que busquem promover a inclusão de pessoas com deficiência em todas as modalidades de ensino. A principal ferramenta que podemos citar como exemplo é a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que busca reunir metas e estratégias voltadas a atender as necessidades específicas de cada aluno, porém é inegável citar que atualmente há uma sobrecarga laboral além das quantidades de formações e atualizações na educação nas quais os docentes participam, dessa forma é necessário também buscar meios de aliviar tal sobrecarga dos professores nas instituições de ensino, uma ferramenta que podemos citar é a consultoria colaborativa, que busca através da ação multidisciplinar trabalhar as dificuldades de aprendizagem que podem vir a aparecer dentro da instituição no qual esta equipe está inserida, além de também trabalhar os processos de inclusão de pessoas com deficiência e auxiliar na elaboração do PEI. A partir disto, o presente estudo tem como objetivo central apresentar a consultoria colaborativa como uma ferramenta para efetivar a inclusão de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem através da elaboração do PEI para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos através da abordagem metodológica da pesquisa colaborativa, tendo como base as experiências em pesquisa no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba (NEJAEM), o resultado esperado é a promoção de uma cultura inclusiva dentro da instituição alvo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Plano Educacional Individualizado; Consultoria Colaborativa; Equipe Multidisciplinar; Educação de jovens e adultos

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal - UF, [kelson.pereira@academico.ufpb.br](mailto:kelson.pereira@academico.ufpb.br) ;

<sup>2</sup> Mestre em educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da rede municipal de João Pessoa, Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial GEPE da Universidade Federal da Paraíba [marcia.moreiras20@gmail.com](mailto:marcia.moreiras20@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação PPGE/UFPB. Mestre em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos/UFPB. Pedagoga/UFPB. Professora substituta da Universidade Federal da Paraíba. , [ana.danielly@hotmail.com](mailto:ana.danielly@hotmail.com);

<sup>4</sup> Doutora em Educação PPGE/UFPB. Professora efetiva da Universidade Federal da Paraíba, CE/DHP

<sup>5</sup> Doutora em Educação, pela UFMG. Professora adjunta do CE/DHP da Universidade Federal da Paraíba.



## **A CONSULTORIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA EJA**

### **INTRODUÇÃO**

A legislação brasileira respalda a educação inclusiva dos estudantes com necessidades educacionais específicas nos diversos níveis e modalidades, desde a Educação infantil até o Ensino superior, passando pelas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, do Campo, entre outras. As normativas garantem não só o acesso, mas também a permanência, a aprendizagem e a participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas escolas. (Brasil, 2009, 2011, 2015)

Em prol da inclusão, ou seja, a fim de atender as demandas individuais dos educandos com necessidades educacionais específicas, a literatura na área considera o estabelecimento de redes de apoio, entendidas “como um conjunto de organizações ou profissionais que prestam serviços sincronizados e em colaboração com educadores, com a finalidade de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes regulares” (Camargo, 2022, pg. 33). Entre esses serviços destacam-se: a Consultoria Colaborativa, o Serviço Itinerante, o Ensino Colaborativo (ou coensino), o Ensino Diferenciado e a Sala de Recursos Multifuncionais.

Conforme Mendes; Almeida.; Toyoda (2011) o modelo de Consultoria Colaborativa existe desde 1990 na literatura educacional (West; Idol, 1989; Pugach; Johnson, 1995; Kampwirth, 2003; Idol; Paolucci-Whitcomb; Nevin, 2000), mas, só mais recentemente vem ocupando lugar de destaque.

Fundamentados nessas referências, Bello, Machado e Almeida, (2012, p. 26) definem Consultoria Colaborativa como:

(...) um estilo de interação entre dois ou mais parceiros que trabalham em conjunto na tomada de decisões, em busca de um objetivo comum. Essa colaboração acopla habilidades de educadores e especialistas, na tentativa de promover atitudes profissionais independentes, pautadas no desenvolvimento de habilidades para resolução de problema, apoio mútuo e compartilhamento de responsabilidades.



De tal modo, a Consultoria Colaborativa é um recurso que tem como pressuposto o trabalho cooperativo com o objetivo de implementar o Plano Educacional Individualizado (PEI), para aqueles estudantes com necessidades educacionais específicas que não usufruem das práticas universais utilizadas na sala de aula e necessitem que se articulem o singular e no coletivo, considerando as questões específicas dos estudantes e as propostas do currículo padrão (Calheiros, 2019).

O Planejamento Educacional Individualizado é, portanto, uma metodologia de trabalho colaborativo, pois, além dos professores, envolve a participação dos pais, outros profissionais da educação e da saúde (se necessário) e, quando possível, do próprio estudante. O foco está em garantir a inclusão do estudante na escola, seja ele com deficiência ou com outras necessidades que demandam um olhar especializado. Assim, o PEI deve conter objetivos de aprendizagem que considerem as dimensões acadêmicas, sociais e comportamentais, e, ainda que sejam elaborados a partir da série, da idade, consideram, sobretudo, o grau de desenvolvimento, o estado atual de habilidades e os conhecimentos prévios do seu público-alvo, pensando em objetivos de curto, médio e longo prazos. (Silva; Camargo, 2021)

O interesse pela temática da Consultoria Colaborativa junto à Educação de Jovens e Adultos não tem sido muito comum na literatura, mas, para os objetivos aqui pretendidos, tem sua origem numa pesquisa realizada no ano de 2022/23 junto ao Núcleo de Educação de Jovens e adultos da UFPB (NEJAEM), quando se investigou o processo de aprendizagem e permanência de Jovens e adultos com deficiência nesta modalidade de ensino, em nível médio.

Na ocasião, a pesquisa constatou que a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, principalmente os com deficiência intelectual enfrentavam desafios no cotidiano escolar que careciam de intervenção didática especializada. A referida pesquisa identificou dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, ressaltando a necessidade de aprimoramento das práticas educacionais com foco na formação docente. Isso evidenciou a necessidade de programas de ensino que trabalhassem métodos inclusivos e estratégias de adaptação curricular junto aos docentes.

De tal modo, a pesquisa apontou a necessidade de continuidade, a fim de responder a questões que ficaram pendentes, principalmente no tocante à formação dos docentes que demonstraram interesse, compromisso, mas, limitações no que diz respeito



ao manuseio de estratégias inclusivas, tais como: a flexibilização curricular e a elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Nessa versão, a questão chave que norteia a presente pesquisa é: quais as possibilidades e limites da Consultoria Colaborativa na implementação do PEI com os estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio (NEJAEM-UFPB)?

A fim de responder à pergunta central, o objetivo geral é o de verificar as possibilidades e limites da prática da Consultoria Colaborativa na elaboração e implementação de um PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na EJA. E por objetivos específicos temos os seguintes: 1. organizar estudos de casos com estudantes com necessidades educacionais específicas para verificar a precisão ou não da elaboração do PEI; 2. elaborar, desenvolver e avaliar o PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na perspectiva colaborativa; 3. descrever e analisar o processo do trabalho colaborativo entre professores, gestores e bolsistas na elaboração, implementação e avaliação do PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na EJA.

Desse modo, esperamos contribuir com uma compreensão mais aprofundada dos limites e alcances da Consultoria Colaborativa frente à inclusão na EJA.

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada é de abordagem qualitativa e utiliza um tipo da pesquisa participante que é a pesquisa colaborativa, ou seja, um processo que se compromete com a resolução de problemas evidenciados na realidade educacional. Desse modo, entende que:

(...) a pesquisa colaborativa implica processos investigativos que tem, ao mesmo tempo, duas características distintas, mas que estão intimamente relacionadas: a de intervir nos diversos contextos em que esses processos ocorrem, possibilitando situações em que conhecimentos pudessem ser construídos e reconstruídos colaborativamente pelos participantes da pesquisa e a de analisar cientificamente tais processos. (Mizukami, Andrade; Lima, 2021, pg. 06)

Na presente pesquisa, as duas características da pesquisa colaborativa caminham paulatinamente, portanto, além de intervir na realidade da EJA por meio da elaboração, implementação e avaliação do PEI (plano educacional individualizado) também se farão os



estudos para analisar cientificamente o processo. Na medida em que os estudos são feitos pelos pesquisadores e professores da EJA, se elaboram os recursos didáticos compatíveis com as necessidades educacionais específicas dos estudantes indicados como público-alvo. Tal processo, portanto, envolve de forma colaborativa todos os envolvidos: professores, gestora e coordenadora da EJA, além da equipe organizadora e colaboradora da pesquisa.

Destaca-se, por fim, que o presente trabalho foi aprovado pelo comitê de ética (UFPB), sendo o CAAE: 81368924.3.0000.5188. Na mesma perspectiva, todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de livre consentimento, garantindo assim as questões de natureza ética que envolve a pesquisa.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

A equipe de consultores é formada por duas doutoras em Educação e duas mestras na área da Educação, todas com ênfase na Educação Especial. Ainda constituem a equipe, dois graduandos, sendo um do curso de Psicopedagogia e outra do curso de Pedagogia, além de duas integrantes do NEJAEM, a diretora e a coordenadora pedagógica.

Inicialmente foram realizadas reuniões periódicas com o grupo de pesquisa para estudo sobre os significados da Consultoria Colaborativa e sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), a fim de encontrar um modelo que desse suporte às demandas existentes na EJA e as condições do NEJAEM.

Posteriormente, foi solicitado à coordenação pedagógica que realizasse junto aos professores um levantamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas de aprendizagem. Os professores realizarem uma sondagem junto aos estudantes e como resultado dessa sondagem indicaram oito (08) estudantes com necessidade educacionais específicas.

Em seguida, tais estudantes foram convidados a participar de um processo avaliativo no Núcleo de Educação Especial da UFPB. O processo avaliativo teve por objetivo identificar indícios (ou não) de distúrbios ou dificuldades de aprendizagem, a fim de que tais informações subsidiassem a proposta a ser elaborada. O processo avaliativo ocorreu entre os 12/11 e 03/12 no próprio núcleo (NEDESP).

Dos oito (8) estudantes encaminhados, três (3) não quiseram comparecer à avaliação, os demais (5) participaram, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro1: Síntese das Avaliações Realizadas:



INICIAIS E IDADE DO ESTUDANTE	DESCRIÇÃO FEITA PELOS PROFESSORES	CONSIDERAÇÕES DA AVALIAÇÃO
A.C.V.S. 43 anos.	<p>Pouca frequência. Apresenta dificuldade para compreensão dos conteúdos e interpretação das atividades propostas.</p> <p>Apresenta dificuldade de concentração. Inquietude física. Disposição para realizar as tarefas.</p>	<p>Identificamos que a estudante lê, escreve e compreende bem. No entanto, possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Confirmamos sintomas de TDAH que merecem maior investigação e apoio pedagógico específico.</p>
A.P.P., 41 anos.	<p>Apresenta grande lentidão no processo de ensino e aprendizagem. Dificuldade de interpretação e de transcrever. Necessita de acompanhamento nas leituras.</p>	<p>Identificamos lacunas importantes no processo de escolarização da estudante, o que gera defasagens no domínio de conhecimentos prévios que servem de base para o Ensino Médio.</p> <p>Confirmamos questões emocionais advindas do contexto familiar que geram DA (dificuldades de aprendizagem).</p>
V.O.S., 35 anos.	<p>Falta à aluna conhecimentos básicos de matemática e interpretação de texto.</p>	<p>Identificamos que a estudante lê, escreve e compreende bem. No entanto, possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Identificamos questões emocionais advindas do contexto familiar que geram DA (dificuldades na aprendizagem).</p>
A.P.S.48 anos.	<p>Falta à aluna conhecimentos básicos de matemática e interpretação de texto.</p>	<p>Identificamos que possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Identificamos que a estudante revela maior resistência nas disciplinas das ciências exatas, mas, tem domínio das operações básicas, bom raciocínio lógico, lê com compreensão e escreve sem maiores dificuldades.</p> <p>Na ocasião de avaliação, estava sem óculos, o que dificultou o processo.</p>
M.J.C.D. 61 anos.	<p>Dificuldades na base. Não consegue distinguir se o problema é de adição ou subtração. Dificuldade em operações básicas.</p>	<p>Identificamos lacunas importantes no processo de escolarização, o que gera defasagens no domínio de conhecimentos prévios que servem de base para o Ensino Médio.</p> <p>A estudante revela DA ligada às</p>



		metodologias utilizadas.
A.T. C. 48 anos.	Não informado.	Identificamos possibilidade de perda auditiva que precisa ser confirmada por meio de exame.  Identificamos sinais leves de uma dislexia que necessita de mais tempo para avaliação.

Fonte: dados do NEDESP, 2024.

De posse dos dados foram organizados momentos de estudo com os professores, a fim de dialogar sobre as necessidades de cada estudante. Nessa ocasião, fez-se um estudo de caso com um dos estudantes, onde se aprofundou as características apresentadas e se propôs que os mesmos, em seus respectivos componentes curriculares, construíssem um PEI que atendesse as necessidades do referido estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da Consultoria Colaborativa visa encontrar, de maneira conjunta, as estratégias didáticas, adaptações etc. que melhor se apliquem a cada caso. Nesse sentido, a presente pesquisa (ainda em andamento) tem buscado integrar os saberes da equipe pesquisadora com as experiências dos docentes envolvidos, a fim de construir um modelo que seja aplicável e possível na realidade da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** MEC: Brasília, 2011a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 15 abr. 2024

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:**





**decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011b. Disponível em: [https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/sites/sisapidoso.icict.fiocruz.br/files/convencaopesoas com deficiencia.pdf](https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/sites/sisapidoso.icict.fiocruz.br/files/convencaopesoas%20com%20deficiencia.pdf). Acesso em: 15 abr. 2024

Bello, S. F.; Machado, A. C.; Almeida, M. A. (2012). A parceria colaborativa entre Fonoaudiólogo e Professor: análise dos diários reflexivos. *Rev. Psicopedagogia*, 29(88), 46-

54. Recuperado de:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862012000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000100007)

CALHEIROS, David dos Santos. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades.** 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial) –Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2019. 204 f

CAMARGO, Laureen L. **Serviços de apoio na educação física escolar:** Atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada. 2022. 213 f. Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2022.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Editora UFPR

MIZUKAMI, Maria das Graça N.; ANDRADE, Maria de Fátima R.; LIMA, Francine P. M. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. **Revista Estudos Aplicados em Educação** | São Caetano do Sul, SP | v. 6 | n. 12 | p. 5-21 | 2021 | ISSN 2525-703X

